

O CRESCIMENTO DA AGROINDÚSTRIA AVÍCOLA E AS ALTERAÇÕES NO TRABALHO FAMILIAR RURAL

Renan ARAÚJO¹
Amanda Cristina RIBEIRO²

RESUMO: Neste artigo discutiremos a relação entre o processo de acumulação flexível e a reconfiguração das formas de sociabilidade no campo, processo imanente ao crescimento da agroindústria e a correlata disseminação do trabalho flexível no segmento avícola, sobretudo, em regiões onde coexistem grandes, médias e pequenas propriedades, tal qual a região noroeste do Estado do Paraná. Analisaremos a expansão do capital reestruturado patentado nos contratos de parcerias e suas implicações nas novas formas de subsunção do trabalhador rural ao segmento do capital agroexportador, dinâmica acentuada com a disseminação de construtos ideológicos contidos na tese do empreendedorismo. Trata-se de um processo social responsável não só pela reconfiguração da identidade do trabalhador rural, mas no enfraquecimento do trabalho associativo/comunitário na medida em que a lógica interativa intrínseca a atividade laboral familiar rural, dilacera-se em face das novas emulações sociais impulsionadas pela busca da produtividade em escala sempre ampliada. Da mesma forma, evidencia-se por meio deste trabalho, que a dinâmica de desenvolvimento do capital contemporâneo combina formas recentes e pretéritas de exploração do trabalho no campo, da afirmação/disseminação mesmo das formas flexíveis de produção.

PALAVRAS-CHAVE: Trabalho flexível. Agroindústria avícola. Trabalho familiar rural.

Introdução

Neste artigo apresentamos algumas considerações sobre o chamado trabalho flexível e sua correlata repercussão no processo de metamorfose do proletariado rural, momento entendido como sendo de afirmação/disseminação das formas flexíveis de produção do sistema capitalista contemporâneo e cuja expansão sistêmica no campo implica, também, na reconfiguração da forma de uso do próprio espaço rural.

De forma restrita, a partir dos anos 70, o processo de flexibilização do trabalho relacionou-se as mudanças promovidas pelas inovações tecnológicas restritas no setor da produção avícola brasileira, além de fatores que envolvem o consumo e o comércio internacional, um movimento impulsionado pelo capital monopolista. Decorrente dessa dinâmica, encontramos as modificações na forma de realização do trabalho familiar das populações rurais provocadas pelo desenvolvimento crescente da agroindústria avícola,

¹ Líder do grupo de pesquisa CNPq: Economia do Trabalho, Educação e Desenvolvimento Regional. UNESPAR - Universidade Estadual do Paraná - Campus de Campo Mourão. Campo Mourão – PR – Brasil. 87303-100 - renan-araujo@uol.com.br

² Pesquisadora do grupo de pesquisa CNPq: Economia do Trabalho, Educação e Desenvolvimento Regional. UNESPAR - Universidade Estadual do Paraná. Paranaíba – PR – Brasil. 87703-000 - amribeiro.historia@gmail.com

processo que em ato contínuo alçou o Brasil à condição de maior exportador mundial e terceiro maior produtor, atrás dos Estados Unidos e da China.

No ano de 2008, a retratação das atividades produtivas verificada nos países capitalista centrais, os desequilíbrios das contas públicas agravadas pela possibilidade de uma balança comercial negativa, indicava a eminência de um quadro econômico recessivo que gradativamente se configurava após a deflagração da crise financeira propriamente dita. Neste contexto, o governo do EUA adotou medidas protecionistas aumentando as desconfianças dos seus parceiros econômicos, de modo geral, críticos das medidas comumente praticadas pelo EUA conforme atestam as permanentes políticas de proteção às atividades vinculadas ao agronegócio.

Por sua vez, considerando a conjuntura de crise, a importância da produção interna e do volume de frango consumido pelos chineses, a prática protecionista caracterizada como sendo de “concorrencial desleal” motivou a adoção de uma política de contra resposta por parte do governo chinês, tal qual se caracterizou a criação da sobretaxa aos produtos provenientes dos Estados Unidos em fevereiro de 2011.

No contexto de rearranjo do mercado avícola mundial a partir da busca Chinesa por novos fornecedores, o Brasil, justamente pela sua condição de terceiro maior produtor de frango foi deslocado para o epicentro desse recente processo global. Como consequência operacionalizaram-se profundas transformações na estrutura produtiva avícola do país de modo a torná-la flexível, aumentar a produção, diminuir custos e elevar as taxas de lucro.

Trata-se de um processo de flexibilização das relações de trabalho com contundentes repercussões no perfil dos trabalhadores ocupados no Estado do Paraná, tal qual ficou patenteado na contratação e uso de refugiados haitianos nos frigoríficos de aves, ou ainda, o aumento do número de pequenos granjeiros produtores/fornecedores da matéria prima para os frigoríficos através da produção integrada.

Trabalho flexível e a nova precarização do trabalho

Conforme temos afirmado, a combinação de fatores como consumo interno aquecido e o crescimento constante da demanda no mercado interno, esses fatores combinados trouxeram para o centro da agenda econômica chinesa a correlata necessidade em estabelecer novas políticas de importação para a carne de frango. Dessa forma, como política alternativa em face da possibilidade da escassez do produto e a inexorável pressão do aumento dos preços, a partir de 2012, o governo chinês passou a desenvolver ações que canalizaram esforços no

sentido de construir pontes com outros países produtores de frango, com destaque para o Brasil.

Reveladora desse processo e das possibilidades de expansão da produção avícola brasileira é a reportagem eletrônica publicada pelo Jornal Valor Econômico em 18/01/2012, ao informar que;

A progressiva abertura do mercado de frango na China para o Brasil ganhou forte impulso no ano passado com o bloqueio do país asiático às vendas do produto com origem nos EUA, acusados de subsídios e preços desleais pouco após o governo americano adotar medidas de defesa comercial contra os chineses. O valor das vendas de frango brasileiro cresceram quase 93% em 2011, para quase US\$ 423 milhões, e o governo espera forte aumento também neste ano, quando o número de frigoríficos autorizados a vender para aquele país pode aumentar de 24 para 65. (VENDAS..., 2012).

Na esteira desse processo tivemos que no ano de 2014, de acordo com informação divulgada pela Cooperativa Agropecuária Sudoeste LTDA – Coasul, no Brasil, foram exponencialmente ampliadas a produção e exportação de frango, com destaque para o Estado do Paraná. Segundo a mesma Coasul,

O Estado respondeu por 29,18% do faturamento das exportações brasileiras neste início de ano, chegando a US\$ 324.007.841; alta de 4,3%, ante ao mesmo período de 2013, quando o Estado faturou US\$ 310.454.479. (COASUL, 2014).

Discorrendo entusiasmadamente sobre essas novas tendências o presidente do Sindicato das Indústrias de Produtos Avícolas do Paraná – Sindiavipar, ao se referir aos números do abate, informa que “foram 258 milhões de cabeças abatidas; alta de 9,4%, em relação aos 236 milhões de aves abatidas no primeiro bimestre de 2013. O noroeste do Estado respondeu com 9,5% desta produção, com 23,5 milhões de cabeças abatidas”.

Vale destacar que concomitantemente à expansão do setor avícola no Paraná foi incorporada uma força de trabalho mundialmente disponibilizada, com destaque para os refugiados haitianos que procuravam se estabelecer no Brasil, particularmente em terras paranaenses. Contudo, conforme a matéria jornalística disponibilizada em 17/08/2014, as condições de emprego encontradas nos frigoríficos paranaenses conforme demonstram o grau de insalubridade e os baixos salários, revelam aspectos que em nada enaltece o Estado campeão nacional na produção de frango. A matéria nos informa, por exemplo, que;

Trabalho degradante, insalubre e de baixa remuneração em empresas de setores que, frequentemente, figuram na lista suja do trabalho escravo têm sido o destino final de haitianos e africanos que enfrentam uma travessia dispendiosa e arriscada para chegar ao Brasil [...] estima que, até o fim deste ano, haverá cerca de 50 mil haitianos no país [...] O trabalho em frigorífico é

extremamente penoso. Em três meses, o trabalhador já começa a adoecer porque não há ser humano que suporte tanto movimento repetitivo em temperatura tão baixa. Esse trabalho não interessa mais aos brasileiros. Há uma analogia entre a situação desses migrantes aqui e a dos hispânicos que lotam frigoríficos nos Estados Unidos. Só que aqui a exploração é maior — afirma o procurador do trabalho Heiler Natali, responsável pela vistoria dos frigoríficos. (SANCHES, 2014).

Os pesquisadores Varussa e Bosi (2014) quando de suas pesquisas acerca das condições de trabalho encontradas nos frigoríficos avícolas, particularmente daqueles que comercializam a carne de frango, descrevem as cenas encontradas na região Oeste do Estado do Paraná da seguinte maneira;

Se compararmos as cenas de um operário desossando uma coxa e sobrecoxa de frangos no documentário “Carne e Osso” (CAVECHINI; BARROS, 2011) com a clássica passagem de “Tempos Modernos” com Chaplin na esteira apertando parafusos, a impressão que fica é de uma mera atualização, trocando-se ferramentas – da chave inglesa para a faca – e peças – do parafuso para as partes do frango, além do que a primeira refere-se mais propriamente a uma “linha de desmontagem”: entra o frango inteiro e saem as partes. De fato, nas quatro peças desossadas por minuto, quando são realizados onze cortes feitos em nove movimentos e que totalizam 80 movimentos naquele espaço de tempo, a esteira que carrega as partes de carne à frente do trabalhador é o único artefato do processo produtivo que nos permite identificar que estamos numa fábrica dos “tempos modernos”. Nas linhas de produção das empresas instaladas no Oeste do Paraná, o que se observa, principalmente nos frigoríficos, são manufaturas, na acepção da palavra: são os movimentos das mãos, equipadas com milenares ferramentas como as facas, que produzem as mercadorias. No mais, as percepções que nos podem remeter à contemporaneidade decorrem do ritmo frenético dos assalariados manufatores “agregando valor” à matéria prima, mantida, porém, a figura do feitor na exigência da produção. (VARUSA; BOSI, 2014, p.74).

É justamente as condições de trabalho acima descritas que, quando amplamente conhecidas, afastaram um significativo contingente de trabalhadores paranaenses das ocupações oferecidas pelos frigoríficos, processo que se desnuda na medida em que ocorreu o aumento da oferta dos postos de trabalho no contexto da curva ascendente em direção à situação de pleno emprego que caracterizou o Brasil a partir de 2010.

Temos então, que essa dinâmica, ao ampliar as possibilidades de ocupação em outras áreas ou setores da economia, desse processo de fuga das atividades extremamente degradantes encontradas nos frigoríficos, é que se abriam os flancos para o uso da força de trabalho estrangeira ávida em suplantam a condição de refugiados e criar as condições básicas para o auxílio, ou vinda de parentes próximos ainda retidos no país de origem.

Os dados que constam no Relatório produzido pelo Observatório das Migrações Internacionais – OBMigra, sobre as ações do Conselho Nacional de Imigração (CNIg) no ano de 2014, demonstram que o número de imigrantes no mercado de trabalho formal na região Sul do país teve um acréscimo de mais de 40%, entre os anos 2011 e 2013. Salienta ainda que a população de haitianos no Brasil também cresceu, passando a ser a principal nacionalidade no mercado de trabalho formal brasileiro no ano de 2013 (OBSERVATÓRIO DAS MIGRAÇÕES INTERNACIONAIS, 2014).

No ano de 2012, de acordo com a Rede Brasil Atual - RBA, aproximadamente 5000 mil haitianos foram autorizados a ingressar legalmente no país. A RBA informa ainda que para os anos de 2013 e 2014 estavam previstas a entrada de 2400 refugiados, numa média de 1200 ao ano, sendo os Estado do Amazonas e do Paraná as regiões mais procurados pelos imigrantes para sua fixação no país (PEDROZO, 2012).

Na guisa desse processo, contrapondo-se as interpretações apressadas que vaticinavam o surgimento de uma nova classe média brasileira, Marcio Pochmann (2014) demonstrou algumas das repercussões econômicas - ainda que tímidas -, das mudanças ocorridas durante os governos Lula e Dilma, das novas facetas do capitalismo brasileiro quando se observa a estrutura social correlata às ações “desenvolvimentista” tendo à frente uma composição partidária liderada pelo Partido dos Trabalhadores entre os anos de 2002 e 2014.

Segundo Pochmann (2014), as ações do governo “desenvolvimentista” do período recente implicaram na implantação de políticas sociais que mesmo tímidas, ao somar-se a ampliação das vagas no ensino superior e as políticas de incentivo a produção através da isenção parcial dos impostos, contribuíram para uma modesta distribuição da renda, pois o quadro econômico próximo ao pleno emprego e a correspondente valorização dos salários, particularmente do salário mínimo, corroboraram para avanços sociais reais, ainda que modestos quando consideramos a histórica e desigual estrutura social brasileira.

Essa nova dinâmica social contraditória de expansão/acumulação do capital assentada na intensa exploração do trabalho, em sua múltipla processualidade, relaciona-se a emergência da “acumulação flexível”, processo caracterizado pelo esforço das empresas produtora de bens de consumo duráveis ou de bens de produção em diminuir o número de trabalhadores fixos, ou, no aumento do número de empregados em tempo integral, porém, com habilidades facilmente encontradas no mercado de emprego. E por outro lado, como no caso brasileiro, a expansão do trabalho precário tal qual se caracterizam aqueles criados recentemente nos frigoríficos avícolas.

Como consequência ocorre o aumento da taxa *turn-over*, processo relativamente estancado quando se utiliza um perfil da força de trabalho refugiada como os haitianos. Ou ainda, o aumento no uso de pequenas empresas terceirizadas com vistas ao rebaixamento dos custos de produção, processo responsável, por exemplo, pela expansão de pequenos proprietários rurais subcontratados pelos frigoríficos vinculados ao setor avícola, principalmente a partir dos anos 2000 e intensificado a partir de 2012 no Estado do Paraná.

Com base na interpretação de David Harvey (1992), entende-se que o processo de flexibilização do trabalho, a “acumulação flexível” propriamente dita, não deixa de ser uma continuação daquilo que foi a essência do fordismo e do taylorismo enquanto métodos de organização e produção no capitalismo baseado no controle efetivo da força de trabalho.

Como tendência, a novidade é que o trabalho flexível incorporou novas formas de controle do trabalho na medida em que “o cronômetro e a produção em série e de massa são “substituídos”, como nos casos dos contratos integrados, pela flexibilização da produção, pela especialização flexível, por novos padrões de busca de produtividade (ANTUNES, 1997). Por outro lado, as mudanças flexíveis não eliminam o fato de que a classe trabalhadora permanece sujeita aos estilos de gestão “democrática”, suportando o ritmo intensificado do trabalho, pressão e responsabilizações que exigem sua adaptação aos objetivos da organização, alterando os sentidos do trabalho.

Se no caso dos haitianos empregados nos frigoríficos avícolas o controle direto reflete a permanência acentuada do fordismo, a situação dos pequenos proprietários que firmam parcerias através dos contratos integrados carregam suas particularidades flexíveis. Nos contratos entre o pequeno proprietário empreendedor e as empresas/frigoríficos tomadoras de serviços, exige-se garantias de custos para baixo e altas taxas de produtividade consubstanciadas em cláusulas contratuais draconianas. Mais ainda, uma dedicação de vinte quatro horas por dia ao longo dos sete dias da semana por parte do pequeno produtor-parceiro responsável em cuidar dos “seus negócios”.

Como consequência dessa intensa pressão social e econômica, o pequeno produtor “independente” contratado submete-se a responsabilidades e obrigações que remontam o clássico modelo de produção baseado na rigidez hierárquica em meio a uma atmosfera de aparente autonomia. A responsabilidade pelo aumento nos índices de produção e a correlata diminuição dos desperdícios recaem unicamente sobre os ombros do pequeno proprietário “empreendedor”. Neste contexto, o espaço do campo é reconfigurado e o antigo sítio rural se converte em fábrica produtora de aves em escala sempre ampliada.

Com base nas novas condições flexíveis de trabalho encontradas no setor agroexportador, particularmente no segmento avícola, além do esforço físico e das jornadas de trabalho extenuantes, a pressão pelo aumento da produtividade intensifica o número de distúrbios psíquicos e quadros de depressão, processo recorrente entre aqueles empregados diretamente nos frigoríficos ou parceiro integrados. “É uma realidade nacional que coloca em risco a saúde de um conjunto de cerca de meio milhão de trabalhadores/as que atuam somente nos frigoríficos avícolas.” (BRASÍLIA..., 2012).

Neste sentido, faz-se necessário apontar que o incremento na produção da indústria avícola no Brasil que, até o final da década de 1950, caracterizava-se mais como uma atividade básica de subsistência, sofreu bruscas alterações a partir do momento em que se delineou o processo histórico de reestruturação produtiva e a disseminação das formas flexíveis de produção conforme encetou Bosi (2004):

Espehar-se no desenvolvimento monopolista do capital, concentrando em poucas e grandes empresas a pesquisa, as patentes das inovações tecnológicas e a própria produção de frangos no que diz respeito aos frigoríficos [...] O modelito implantado no Brasil reorganizou todos seus componentes e engrenagens (novas e velhas) numa articulação internacional com o capital. Grandes multinacionais mantiveram o domínio sobre os itens com alto nível de inovação tecnológica, tais como a pesquisa genética, a química das rações e os medicamentos e vacinas. A movimentação e o consumo dessas mercadorias foram garantidos por uma cadeia de produção que hoje agrega matrizeiros, criação de pintos, engorda de frangos, produção de ração, gigantescos frigoríficos e uma logística para a distribuição da carne. (BOSI, 2004, p. 410).

Sendo assim, tivemos que as novas formas de trabalho flexível fazia parte do conjunto de mudanças que inauguram um novo período de acumulação do capital, conformando certas especificidades típicas de nossa contemporaneidade. Deste modo, a explicitação da chamada acumulação flexível conforme conceito cunhado por Harvey (1992), nos remete à insuficiência do capital em alcançar taxas de lucros médias razoáveis com base exclusivamente na limitada organização taylorista/fordista do trabalho, bem como, no esgotamento do seu correspondente político; o *Welfare State* europeu.

Segundo Eric Hobsbawm (1995), até meados da década de 1970, nos países capitalistas centrais perdurava o que convencionou chamar de era ou idade de ouro do capitalismo, caracterizado por altas taxas anuais de crescimento econômico e pujante expansão do comércio mundial, processo assentado nos altos investimentos públicos.

Tais investimentos centraram-se na produção e no consumo em massa, no sistema do cronômetro fordista/taylorista que, segundo Giovanni Alves (2012), assumiu tanto no plano

político do Estado, quanto no plano da concorrência do desenvolvimento do capitalismo no mercado mundial e no plano organizacional da produção, um patamar de desenvolvimento histórico inédito.

No modelo do chamado Estado de Bem Estar Social, procurou-se promover a atuação do Estado com a intervenção e ampliação de serviços públicos de saúde, educação, habitação, assim como garantir conquistas à classe trabalhadora sobre direitos trabalhistas e previdenciários. Segundo Ernest Mandel (apud ALVES, 2012) este período ficou conhecido como sendo os “trinta anos gloriosos” de expansão histórica do capital nos países capitalistas centrais.

O novo ciclo de acumulação flexível do capital, não só alterou o processo produtivo de trabalho, mas procurou “gestar um processo de recuperação da hegemonia nas mais diversas esferas da sociabilidade” (ANTUNES, 2005, p. 48). Sendo assim, ganhou relevância a discussão acerca da redefinição do papel do Estado e a conseqüente ascensão do projeto econômico neoliberal que Perry Anderson (apud SADER, 1995) descreveu como “reação teórica e política veemente contra o Estado intervencionista e de bem-estar” que nasceu na região da Europa e da América do Norte onde imperava o capitalismo.

De acordo com Anderson, a mensagem neoliberal permaneceu na teoria por mais ou menos vinte anos, pois, embora seus defensores estivessem organizados desde fins da década de quarenta, naquele momento de auge sem precedentes do capitalismo, “não pareciam muito verossímeis os avisos neoliberais dos perigos que representavam qualquer regulação do mercado por parte do Estado”. As ideias neoliberais só viriam a encontrar terreno, então, com a crise do modelo econômico do pós-guerra, a partir dos anos oitenta, com o triunfo dessas teses nas regiões do capitalismo avançado tal qual a Europa e EUA:

As raízes da crise, afirmavam Hayek e seus companheiros, estavam localizadas no poder excessivo e nefasto dos sindicatos e, de maneira mais geral, do movimento operário, que havia corroído as bases de acumulação capitalista com suas pressões reivindicativas sobre os salários e com sua pressão parasitária para que o Estado aumentasse cada vez mais os gastos sociais. (ANDERSON, 1995, p. 10).

Ainda de acordo com Anderson (1995), os governos neoliberais se caracterizaram pelas reformas que levaram a:

Contração da emissão monetária, elevaram as taxas de juros, baixaram drasticamente os impostos sobre os rendimentos altos, aboliram controles sobre os fluxos financeiros, criaram níveis de desemprego massivos,

aplastaram greves, impuseram uma nova legislação antisindical e cortaram gastos sociais. E, finalmente – esta foi uma medida surpreendentemente tardia –, se lançaram num amplo programa de privatização, começando por habitação pública e passando em seguida a indústrias básicas como o aço, a eletricidade, o petróleo, o gás e a água. (ANDERSON, 1995, p. 12).

No Brasil, segundo Mírian de Toni (2004), as mudanças que se evidenciaram em vários países latino americanos desde a década de 80, fizeram-se mais presentes a partir da década de 90, quando “[...] o país ingressa de forma mais efetiva na economia globalizada, adotando políticas de maior exposição à concorrência internacional, ensejando processos e reestruturação produtiva nas empresas.” (TONI, 2004, p. 118).

Para a classe trabalhadora, essas alterações foram significativas. Elas “[...] romperam com a dinâmica do mercado de trabalho vigente nas décadas anteriores, em evoluir na direção ao assalariamento crescente da mão de obra, associado a proteções sociais.” (TONI, 2004, p. 127). O Brasil começava, então, a adentrar efetivamente nas ideias que seguiam a receita de cunho neoliberal que preconizava:

O direito do trabalho devia ser menos garantista, questionando-se a função do Estado de proteção ao trabalhador e dando-se ênfase à necessidade de flexibilizar o trabalho, para permitir ao empregador uma gestão mais econômica de sua mão de obra [...]. Em outras palavras, registrou-se perda de dinamismo na criação de empregos formais, incremento de formas alternativas de ocupação, geralmente associadas a condições mais frágeis e/ou mais precárias no mercado de trabalho; e aumento nos níveis de desemprego (TONI, 2004, p.127).

No quadro dessas transformações e contradições, Freitas (apud TONI, 2004), indicou as principais medidas implantadas nos anos 90 em relação à legislação trabalhista. São quatro itens reveladores, aqui transcritos integralmente da seguinte forma:

- 1- alterações que precarizam o contrato e as condições de trabalho, reduzindo direitos – contrato de trabalho por prazo determinado (medida que retira explicitamente direitos vinculados ao contrato de trabalho, especialmente verbas referentes à rescisão contratual), banco de horas ou jornada de trabalho flexível, contrato de trabalho em tempo parcial, suspensão temporária do contrato de trabalho (sem receber salário e com direito a uma bolsa de qualificação) e várias MPs fixando o valor do salário mínimo abaixo do que determinam os preceitos constitucionais (gastos do trabalhador com alimentação, moradia, vestuário, lazer, transporte, saúde e previdência); cooperativas de trabalho (proposta pelo poder Legislativo, em 1994, permite que trabalhadores cooperativados prestem serviços a empresas, sem que se caracterize vínculo empregatício; essa modalidade de trabalho tem se prestado a fraude e diminuição de direitos trabalhistas);
- 2- normas que ampliam as liberdades das empresas para contratar e dispensar empregados;

- 3- alterações que retiram do Estado atribuições relacionadas à proteção de direitos do trabalho – regionalização do piso salarial, com o que o governo federal desonera-se da obrigação de elevar o salário mínimo e de aumentar os benefícios mínimos da previdência social;
- 4- mudanças no papel dos sindicatos – participação dos trabalhadores nos lucros e resultados (PLR), que tem funcionado, em parte, como substituto de reajustes salariais e estimulado negociações coletivas descentralizadas, sendo limitada por não prever amplo acesso, aos trabalhadores, às informações contábeis da empresa. (TONI, 2004, p.138).

Embora os avanços das teses neoliberais impulsionadas na década de 1980 a partir dos países capitalistas centrais, denotassem inúmeras especificidades, considerando a inserção dos diferentes países no contexto econômico mundial, é preciso reconhecer que durante a década de 1990, no Brasil, o neoliberalismo converteu-se em força hegemônica econômica, política e social, caracterizando a nova ofensiva do capital expresso na disseminação das formas precárias de trabalho.

No setor do agronegócio, a expansão econômica verificada pelo aumento da participação das *commodities* na exportação brasileira, refletia o uso sistêmico das novas tecnologias, de máquinas e equipamentos relacionados ao processo de reestruturação das indústrias de bens de produção, propiciando as novas condições técnicas para a produção em massa no campo, tal qual se verificou no segmento avícola.

Por tratar-se de um setor com fraca representação sindical e com um histórico de frágil resistência organizativa, a força de trabalho que emergiu desse segmento ao logo dos anos 1990-2010, surgiu sob o signo da precariedade. No caso do Estado do Paraná este processo foi facilitado pelo uso da força de trabalho haitiana disponível a partir de 2010. A pressão para o emprego de refugiados nos frigoríficos aumentou na mesma proporção em que ocorreu o aumento dos contratos integrados e o correlato salto na produção de aves, o primeiro elo da cadeia produtiva do frango.

Num processo marcado por sua dupla face, tivemos o surgimento do segmento do proletariado com poucas garantias sociais e de trabalho, caso daqueles que ingressaram no mercado de emprego na condição de força de trabalho contratado/precário conforme analisou Pochmann (2014), dinâmica social que, para além dos brasileiros, incorporou significativamente os vulneráveis trabalhadores refugiados haitianos no segmento avícola.

Na outra face, encontramos aqueles que se colocaram em processo de precarização no momento em que, assumindo o papel de novos “empreendedores” de acordo com a terminologia flexível e profusamente difundida pelos liberais, passaram a se responsabilizar pelos riscos de utilizarem sua pequena propriedade para produção em “parceria” com os

frigoríficos avícolas, conforme atestam os contratos de integração assinados entre pequenos proprietários de terra e a indústria monopolista vinculada a produção de aves.

Os contratos de integração e o produtor precarizado

De acordo com as informações fornecidas pela Cooperativa Agropecuária Sudoeste LTDA - Coasul, a coordenação do processo produtivo pela agroindústria, através dos contratos de integração estabelecidos entre avicultores e empresa, ocorre da seguinte maneira:

- as empresas se comprometem com o fornecimento dos insumos necessários à produção, como os pintainhos, ração, assistência técnica, transporte e todo processo industrial; abate, corte-processamento e embalagem:

- cabe ao produtor integrado a responsabilidade com os demais insumos necessários; instalação dentro das normas estabelecidas, equipamentos, energia, água e mão-de-obra necessária para as atividades diárias, expondo uma dimensão de ocultamento das condições de exploração do trabalho em escala familiar.

Dessa forma, os frigoríficos avícolas deixam de se preocupar com determinados encargos, como direitos trabalhistas, “dividindo” tais obrigações com os pequenos avicultores através de um sistema jurídico que legitima as responsabilidades recíprocas de dois sujeitos em situação de aparente igualdade com base numa situação de amarra jurídica. Como consequência dessa relação de cooperação subordinada ocorre que:

Na forma da lei, todos os custos implicados na etapa de engorda dos frangos são repassados ao avicultor, incluídos aqueles decorrentes da construção do próprio aviário. O contrato é um artefato que legaliza a externalização de funções produtivas. Igualado juridicamente à empresa, o pequeno proprietário converte-se na prática em trabalhador integrado, envolvido e explorado no circuito de produção de carne de frango. O processo de trabalho no aviário não é autônomo e tampouco está sob o controle do avicultor e de sua família que, na maioria dos casos, é implicitamente recrutada no contrato. Antes de constituir ele mesmo um processo inteiro de trabalho, que recebe os pintainhos e os torna frangos, está completamente articulado ao processo mais amplo que visa à produção de carne de frango. (BOSI, 2011, p. 418).

Esse sistema funciona também com o forte amparo da propaganda ideológica tanto da empresa quanto do incentivo estatal para o negócio, pois é disseminada uma propaganda da lucratividade e do empreendimento para os pequenos agricultores, a possibilidade de sua ascensão social, sobretudo porque o sistema de parcerias interage justamente no processo de

incorporação das pequenas propriedades e não no processo direto de expropriação dessas famílias.

O presidente do Sindicato das Indústrias de Produtos Avícolas do Paraná – Sindiavipar, Domingos Martins, ao discorrer sobre as vantagens dos sistemas de integração que funcionam no Paraná unindo produtores, cooperativas e os grandes abatedouros, é explícito ao afirmar que “Para o produtor o sistema de integração é vantajoso, por ser uma certeza de apoio, além de garantir a certificação do produto”. (COASUL, 2014). A importância dos contratos integrados para a produção de frango é demonstrada em artigo da Revista Avicultura Industrial de 01 de setembro de 2014 (BAMPI, 2014), pois “[...] em termos de empregos, a atividade avícola gera cerca de 700 mil vagas diretas e indiretas e envolve mais de 20 mil produtores em regiões rurais do interior do Estado.”

Todavia, devemos considerar que esse processo não acontece só pelo viés ideológico, mas também porque o sistema no seu conjunto, aos poucos, coloca em vias de desaparecimento as formas pretéritas de subsistência desses produtores na medida em que o agronegócio se torna forma hegemônica de produção no campo, emulando-os a adotarem essas novas alternativas apresentadas como via possível de sobrevivência em meio ao avanço da monopolização das atividades rurais;

A integração dos produtores às agroindústrias sempre foi seletiva, mas a partir dos anos 1980, em virtude da implantação de processos de qualidade total e da necessidade de competir com mercados externos, vem aumentando a escala de produção mínima exigida, reduzindo a margem dos produtores e aumentando a seletividade. [...] Os sistemas baseados na produção de grãos/produção animal, mais complexos e integrados à agroindústria, exigem um nível de capitalização que exclui a participação de produtores familiares mais pobres [...] (BUAINAIN et al., 2007, p.84-85 apud BELUSSO; HESPANHOL, 2010, p.27).

Assim, temos que “[...] a promessa cínica de gerar empregos e renda ganha contornos ideológicos ostensivos para além das empresas, ajudadas como são por aparatos estatais e privados que tratam de disseminar a alternativa única como a melhor alternativa.” (BOSI, 2011, p.429). Também ocorre que muitas vezes o pequeno agricultor se vê atado às relações com a empresa, através do financiamento contraído para construir o aviário, sem conseguir quitar a dívida e fechar contrato.

Outro questionamento pertinente decorre do fato de que o trabalho doméstico, ainda em posição de desmerecimento enquanto atividade “feminina”, ao mesmo tempo em que configura a duplicidade do ato do trabalho feminino, que é trabalho dentro e fora de casa,

expressa, mas de modo oculto, embora latente, a esfera reprodutiva do capital que se apropria do trabalho feminino, como trabalho não remunerado, mas que é o que gera as condições indispensáveis para reprodução da força de trabalho de seus maridos, filhos/as e de si própria.

Ou seja, “[...] sem essa esfera da reprodução não diretamente mercantil, as condições de reprodução do sistema de metabolismo social do capital estariam bastante comprometidas, se não inviabilizadas.” (ANTUNES, 1999, p. 109). Consideramos, por exemplo, o papel relevante da mulher dentro do contexto da produção familiar do sistema integrador de produção, embora em termos oficiais não seja sequer mencionado.

Além de “reprodutoras”, são elas que funcionam como linha auxiliar direta de seus maridos no processo de limpeza do aviário, dos deslocamentos/rodízios dos pintainhos realizados de tempos em tempos para espaços dentro do próprio aviário conforme a necessidade (separação por suspeita de doenças, baixo crescimento e engorda abaixo da média), do cuidado com a temperatura interna do aviário, do abastecimento permanente do bebedouro com água em temperatura ideal, distribuição de ração, e por fim, quando o marido se ausenta da propriedade assume toda a responsabilidade no cuidado do aviário, inclusive no período noturno.

Neste contexto, ganha relevância a tese de que “[...] a avicultura se constitui numa cadeia produtiva cujos efeitos precisam ser dimensionados do ponto de vista da transição a que os produtores se submeteram para acompanhar a escala do padrão tecnológico exigidos, de acordo com as estratégias empresariais.” (BELUSSO; HESPANHOL, 2010, p.26), tanto quanto os trabalhadores alinham-se ao ritmo da produção nos processos de trabalho engendrados nos frigoríficos ou em sua pequena propriedade.

Por fim, quando observamos a expansão da produção de frango no Brasil, para além das análises ufanistas que enfatizam o crescimento da economia no campo, faz-se necessário considerar que esse processo se sustenta numa brutal exploração da força de trabalho. Conforme procuramos demonstrar, “o novo rural” produz efeitos deletérios profundos na dinâmica social que caracteriza a vida cotidiana no campo.

Os impactos sociais negativos produzidos são visíveis quando da contratação de trabalhadores precários nacionais ou refugiados nos frigoríficos, ou ainda, quando pensamos as relações de cooperação entre o pequeno proprietário de terra e sua atroz subordinação aos grandes frigoríficos do segmento avícola. Estes são os momentos em que se desvelam as estratégias de dupla face relacionada a flexibilização da produção no campo.

Visto assim, temos que o aumento da margem de lucro no setor decorre da combinação entre o aumento da escala de produção e da ampliação da exportação, processo

aliado a uma nova e brutal exploração da força de trabalho assalariada diretamente empregada nos frigoríficos e da disseminação da terceirização das atividades produtivas no campo conforme atestam os contratos integrados.

Neste artigo nos atemos à análise dos trabalhadores contratados pelos frigoríficos de aves e seus “parceiros empreendedores integrados”. Se ampliarmos o foco da análise para outros setores como a cultura da cana-de-açúcar, veremos que Pochamann (2014) está repleto de razão quando afirma que a expansão do mercado de trabalho no Brasil recente, da classe média, produziu tão somente o mito. Na verdade, o que demonstramos são algumas das contradições sociais que acompanham o processo de desenvolvimento em países de capitalismo tardio.

Considerações finais

Através do presente trabalho demonstramos que o avanço do capital no campo pressupõe uma série de implicações para o mundo do trabalho. Tanto no plano dos estudos teóricos, quanto na prática cotidiana e política, o núcleo central do debate é desmistificar os discursos da sociedade do conhecimento e do fim do trabalho, demonstrando que, essencialmente, a forma capitalista tem intensificado a exploração do trabalho vivo, fonte única da criação do valor.

Através da análise de estudos referentes à cadeia produtiva avícola, fica evidente a maneira como esse setor encontra-se atrelado a essa dinâmica de desenvolvimento do capital, num processo que combina formas pretéritas de exploração com as novas formas do capital à época da acumulação flexível.

Sobre o processo de flexibilização do trabalho, temos que as formas de expansão/desenvolvimento do capital são, em essência, processos marcados por inúmeras contradições na medida em que as transformações tecnológicas e organizacionais, elementos constituintes do processo de desenvolvimento das forças produtivas, via de regra, não eliminaram as formas de exploração pretéritas, ao contrário, foram incorporadas numa dimensão de avanços e permanências.

Assim temos que, atrelada às políticas de cunho neoliberal, a organização e gestão flexível do trabalho, em nossa contemporaneidade, ganha dimensão sistêmica. É isso que podemos apreender quando analisamos a situação dos trabalhadores familiares avícolas integrados, ou então, quando nos debruçamos sobre as condições de emprego dos

trabalhadores vinculados aos frigoríficos avícolas, fatos reveladores da dupla face que caracteriza a nova exploração do trabalho no campo.

GROWTH AGROINDUSTRIES POULTRY AND CHANGES IN RURAL FAMILY WORK

ABSTRACT: *In this article we will discuss the relationship between the process of reconfiguration of flexible accumulation and forms of sociability in the field, immanent to the growth of agribusiness and related spread of flexible working in the poultry segment process, especially in regions where coexist large, medium and small farms , like the northwestern region of Paraná State . We examine the expansion of patented partnerships and their implications contracts in new forms of subsumption of rural workers to the agricultural export sector capital, boosted the spread of ideological constructs contained in the thesis of entrepreneurship capital restructured. It is a social process not only responsible for reconfiguring the identity of rural workers , but the weakening of the association / community work to the extent that the intrinsic interactive logic rural family labor activity , tears himself in the face of new social emulations driven the pursuit of productivity always enlarged scale . Likewise , it is clear through this work , the dynamic development of the contemporary capital combines recent and preterit forms of exploitation of labor in the field , affirmation / even spread of flexible forms of production.*

KEYWORDS: *Flexible work. Poultry agribusiness. Family rural work.*

REFERÊNCIAS

ALVES, G. Prefácio: jovem-adulto flexível e os paradoxos de Ícaro. In: ARAÚJO, R. **O novo perfil metalúrgico do ABC: um estudo sobre o trabalho e o modo de vida just-in-time do metalúrgico jovem-adulto flexível (1992-2008)**. Campo Mourão: Fecilcam, 2012. p.11-32.

ANDERSON, P. Balanço do neoliberalismo. In: SADER, E.; GENTILI, P. (Org.). **Pós-neoliberalismo: as políticas sociais e o Estado democrático**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1995. p. 9-23.

ANTUNES, R. **O caracol e sua concha: ensaios sobre a nova morfologia do trabalho**. São Paulo: Boitempo, 2005.

_____. **Os sentidos do trabalho: ensaio sobre a afirmação e a negação do trabalho**. São Paulo: Boitempo, 1999.

_____. **Adeus ao trabalho? ensaio sobre as metamorfoses e a centralidade do mundo do trabalho**. 4.ed. São Paulo: Cortez ; Campinas: Ed. da UNICAMP, 1997.

BAMPI, V. Integração avícola continuará um sucesso com comunicação eficaz na parceria. **Avicultura Industrial**, 01 set. 2014. Disponível em: <<http://www.aviculturaindustrial.com.br/comentario-avicola/valter->

bampi/integracao-avicola-continuara-um-sucesso-com-comunicacao-eficaz-na-parceria-por-valter-bampi/20140901085918_K_609>. Acesso em: 30 jan. 2015.

BELUSSO, D.; HESPANHOL, A. N. A evolução da avicultura industrial brasileira e seus efeitos territoriais. **Revista Percurso: Nemo**, Maringá, v.1, n.2, p.25-51, mar. 2010.

BOSI, A. P. História das relações de trabalho na cadeia produtiva avícola no Brasil (1970-2010). **Revista de História Regional**, Ponta Grossa, v.16, n.2, p.400-430, 2011.

BRASÍLIA (DF): assédio moral atinge mais mulheres no setor frigorífico. Força Sindical, São Paulo, 26 nov. 2012. Disponível em: <http://www.fsindical.org.br/portal/institucional.php?id_con=22728>. Acesso em: 26 mar. 2014.

COOPERATIVA AGROPECUÁRIA SUDOESTE [COASUL]. **Paraná é responsável por um terço da exportação de frango**. 03 abr. 2014. Disponível em: <<http://www.coasul.com.br/parana-e-responsavel-por-um-terco-da-exportacao-de-frango/>>. Acesso em: 28 jan. 2015.

HARVEY, D. **Condição pós-moderna**. São Paulo: Loyola, 1992.

HOBBSAWM, E. **A era dos extremos**. São Paulo: Companhia das Letras, 1995.

OBSERVATÓRIO DAS MIGRAÇÕES INTERNACIONAIS [OBMigra]. **Ações do Conselho Nacional de Imigração (CNIg): políticas públicas para migração**. 2014. Disponível em: <<http://www.dedihc.pr.gov.br/arquivos/File/OBMIGRA.pdf>>. Acesso em: 17 nov. 2015.

PEDROZO, E. Com legalização e emprego, haitianos trocam o Norte pelo Sul do Brasil. **Rede Brasil Atual**, 26 nov. 2012. Disponível em: <<http://www.redebrasilatual.com.br/cidadania/2012/11/haitiano-no-brasil-tem-bom-nivel-de-instrucao-e-e-bom-de-trabalho>>. Acesso em: 25 jan. 2015.

POCHMANN, M. **O mito da grande classe média: capitalismo e estrutura social**. São Paulo: Boitempo, 2014.

SADER, E.; GENTILI, P. (Org.). **Pós-neoliberalismo: as políticas sociais e o Estado democrático**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1995.

SANCHES, M. Imigrantes haitianos e africanos são explorados em carvoarias e frigoríficos. **O Globo**, Rio de Janeiro, 17 ago. 2014. Disponível em: <<http://oglobo.globo.com/brasil/imigrantes-haitianos-africanos-sao-explorados-em-carvoarias-frigorificos-13633084>>. Acesso em: 29 jan. 2015.

TONI, M. de. **Para onde vai o mercado de trabalho?** a tendência à precarização das relações de trabalho - um estudo da região metropolitana de Porto Alegre. 2004. 302f. Tese (Doutorado em Sociologia) - Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2004.

VARUSSA, R. J.; BOSI, A. P. Os significados da qualificação profissional na agroindústria brasileira: estudo de caso nas indústrias de alimentos do Oeste do Paraná. In: ARAÚJO, R. et

al. (Org.). **Desafios para o desenvolvimento em tempos de globalização**: um estudo sobre as contradições econômicas e sociais do Paraná. Maringá: Eduem, 2014. p.69-86.

VENDAS de frango para a China disparam. **Jornal Valor Econômico**, Rio de Janeiro, 18 jan. 2012. Disponível em: <<http://www.valor.com.br/empresas/1204096/vendas-de-frango-para-china-disparam>>. Acesso em: 25 jan. 2015.